



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º – Dar-se-á preferência a plantas nativas do Município para efeito da arborização.

§ 2º – O plantio será com espécies adequadas a evitar interferências com os bens e serviços públicos.

§ 3º – Durante a fase de planejamento da arborização, dever-se-ão observar a largura de calçadas, a presença de fiação das redes elétrica e telefônica, as tubulações de água e esgoto, a drenagem de águas pluviais e, em especial, o ecossistema nativo.

Art. 43 – É permitida a outorga remunerada de uso de espaço público, expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 44 – São de responsabilidade da Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), o plantio, o replantio, o transplante, a supressão, a poda, a capina e a adubação das árvores situadas nas áreas de domínio público.

§ 1º – A aprovação de parcelamento do solo é condicionada à implantação de projetos arquitetônicos e paisagísticos de arborização em vias e locais destinados às Áreas Verdes públicas, geradas pelo parcelamento.

§ 2º – As Áreas Verdes e de Preservação Permanente devem ser cercadas e identificadas pelo empreendedor antes de serem repassadas ao domínio público.

§ 3º – Ficam obrigados os proprietários de terrenos destinados à edificação a arcarem com o plantio de mudas de árvores nos passeios públicos defronte à obra, respeitado o planejamento do loteamento.

§ 4º – Todo projeto de obra pública relativo à implantação de redes de energia elétrica, iluminação pública, telefonia, água e esgoto deverá compatibilizar-se com a vegetação arbórea, de forma a evitar ou minimizar danos à mesma.

Art. 45 – É proibida a utilização da arborização pública do Município para colocação de cartazes e anúncios, fixação de cabos e fios ou suporte e/ou apoio a instalações de qualquer natureza.

Art. 46 – Qualquer interferência na vida de espécies vegetais existentes em passeios de domínio público depende da autorização prévia da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

§ 1º – Quando a erradicação ou a poda de árvores forem feitas sem autorização ou quando as condicionantes e/ou a reposição forem descumpridas, o infrator sujeitar-se-á, além de à multa, a outras restrições previstas nesta Lei e em suas regulamentações.

§ 2º – Em casos de erradicação, será exigida, para cada arbóreo suprimido, a reposição por outros exemplares de mesma espécie ou convenientes, no mesmo ou em outro local.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 3º – A SEMA é competente para julgar e condicionar, em cada caso, a quantidade de exemplar vegetal a ser reposta.

Art. 47 – O inventário arbóreo da área urbana tem os seguintes objetivos gerais:

- I** – conhecer o patrimônio arbóreo;
- II** – rever dotações orçamentárias anualmente;
- III** – planejar programas de gestão das árvores;
- IV** – localizar e definir áreas para o plantio;
- V** – definir prioridades nas intervenções antrópicas;
- VI** – localizar árvores com necessidade de tratamento fitossanitário ou renovação;
- VII** – funcionar como instrumento de conhecimento e esclarecimento dos administradores e usuários do local inventariado.

Capítulo IX
DAS DIRETRIZES DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS VEGETAIS

Seção I
DAS DIRETRIZES

Art. 48 – As florestas e as demais formas de vegetação dentro dos limites urbanos do Município de Brumadinho, reconhecidas de utilidade ao meio ambiente, são bens de interesse comum, respeitados o direito de propriedade e a função social da propriedade, com as limitações que a legislação em geral e esta Lei em especial estabelecem.

Art. 49 – A utilização dos recursos vegetais naturais e as atividades que importem uso alternativo do solo serão conduzidas de forma a minimizar os impactos ambientais delas decorrentes e a melhorar a qualidade de vida, observadas as seguintes diretrizes:

- I** – proteção e conservação da biodiversidade;
- II** – proteção e conservação das águas;
- III** – preservação do patrimônio genético;
- IV** – compatibilização entre o desenvolvimento socioeconômico e o equilíbrio ambiental.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Seção II
DA EXPLORAÇÃO FLORESTAL

Art. 50 – O Município de Brumadinho-MG, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, órgão ambiental competente, obedecidas as competências federal e estadual, autorizará as atividades previstas nesta Lei e fiscalizará sua aplicação, podendo para tanto criar os serviços indispensáveis.

§ 1º – A critério técnico e como medida preventiva, poderá ser exigido do empreendedor que utilizar ou alterar o uso do solo Plano de Medidas de Controle Ambiental (PMCA).

§ 2º – O requerimento para o uso alternativo do solo, devidamente instruído, será protocolado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), que terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para a deliberação.

§ 3º – Decorrido o prazo de que trata o § 2º deste artigo sem a deliberação da SEMA, o requerimento será remetido automaticamente à procuradoria jurídica do Município, que disporá de até 15 (quinze) dias, contados da data do vencimento do primeiro prazo, para deliberar, sob pena de responsabilidade.

Art. 51 – A comprovação de exploração autorizada far-se-á mediante a apresentação do documento oficial original ou de sua fotocópia autenticada, acompanhado de seus anexos, nas hipóteses de desmatamento, destocamento, supressão de árvores isoladas, podas corretivas ou drásticas, substituição de árvores, transplantes e demais atos que dependem da autorização formal do órgão competente.

Art. 52 – A autorização para supressão de vegetação e/ou utilização de Área de Preservação Permanente fica condicionada à autorização e/ou anuência do órgão competente, obedecidas as legislações e regulamentações estadual e federal.

Seção III
DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL

Art. 53 – Consideram-se como Patrimônio Ambiental do Município de Brumadinho (PAM), sem ferir os direitos de propriedade, as seguintes áreas especialmente protegidas:

I – nascentes e faixas marginais das águas superficiais, como disposto na Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

II – áreas que abriguem exemplares raros, ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos da flora e da fauna;

III – áreas que sirvam de pouso, abrigo ou reprodução das espécies;

IV – parques e praças do Município;

V – áreas de mananciais;

VI – áreas consideradas de preservação permanente, previstas nos artigos 2º e 3º da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal);

VII – unidades de conservação, de proteção integral e de uso sustentável criadas no Município.

Parágrafo único – Ficam restritas quaisquer ações ou atividades que comprometam ou possam vir a comprometer, direta ou indiretamente, os atributos e as características existentes nas áreas especialmente protegidas, respeitadas na íntegra as legislações federal, estadual e municipal.

Seção IV
DAS RESERVAS PARTICULARES ECOLÓGICAS

Art. 54 – Qualquer pessoa física ou jurídica poderá requerer ao Chefe do Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para que declare como Reserva Particular Ecológica (RPE) imóvel urbano próprio, por reconhecê-lo total ou parcialmente como de valor ecológico.

Parágrafo único – A Prefeitura Municipal de Brumadinho, através de seu órgão ambiental competente, regulamentará os benefícios assegurados aos proprietários detentores de Reserva Particular Ecológica (RPE).

Art. 55 – Somente poderá ser reconhecido como Reserva Particular Ecológica o imóvel particular urbano onde sejam identificadas condições naturais primitivas, semiprimitivas ou recuperadas ou cujas características justifiquem ações de recuperação, pelo aspecto paisagístico ou para a preservação do ciclo biológico de espécies da fauna ou da flora nativas do Brasil.

Art. 56 – Os procedimentos para reconhecimento e declaração de Reserva Particular Ecológica serão estabelecidos no regulamento desta Lei.

Art. 57 – As autoridades públicas dispensarão à Reserva Particular Ecológica a mesma proteção assegurada pela legislação vigente às Áreas de Preservação Permanente, sem prejuízo do direito de propriedade, que deverá ser exercido por seu titular.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 58 – O Poder Executivo estabelecerá, através de leis específicas, programas de incentivo à manutenção das áreas reconhecidas como Reserva Particular Ecológica, tais como a isenção total ou parcial do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Capítulo X
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 59 – Cabe ao Poder Público Municipal promover a educação ambiental multidisciplinar em todos os níveis das escolas municipais e disseminar as informações necessárias ao desenvolvimento da consciência crítica da população para a preservação do meio ambiente.

Art. 60 – Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e à sua sustentabilidade.

Art. 61 – A política de educação ambiental no Município proporcionará o desenvolvimento de atividades na educação em geral e na educação escolar, devendo para tanto observar a legislação pertinente.

Art. 62 – Fica instituída a obrigatoriedade de programas de educação ambiental, em nível curricular, nas escolas de ensino fundamental e médio da rede municipal de ensino.

§ 1º – O Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Cultura, a Secretaria Municipal de Agricultura e cada unidade escolar elaborarão, conjuntamente, respeitando-se a autonomia e as especificidades de cada escola, programa de educação ambiental a ser implementado nas unidades escolares citadas no “caput” deste artigo e integrado ao projeto pedagógico de cada uma delas.

§ 2º – O programa de educação ambiental deverá enfatizar a capacitação do quadro docente através da promoção de eventos diversos, tais como cursos, trabalhos de campo e de laboratório e material didático.

Art. 63 – O Município deverá também desenvolver campanhas e eventos educativos concernentes ao meio ambiente junto à população, através de meios de comunicação e de atividades dos órgãos e entidades municipais.

Art. 64 – O Município comemorará, no dia 5 de junho de cada ano, o Dia Mundial do Meio Ambiente, promovendo atividades conjuntas com a comunidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 65 – O Município desenvolverá programa de formação e capacitação contínua dos servidores públicos envolvidos em atividades de planejamento e manejo de recursos naturais e de controles ambiental e sanitário.

Capítulo XI
DA EXPLORAÇÃO MINERAL

Art. 66 – Aquele que explorar recursos minerais, licenciado ou não pelo CODEMA, e/ou por convênio celebrado entre o Município, os órgãos ambientais estaduais e/ou federais e o CODEMA e/ou por órgãos ambientais estaduais e/ou federais conveniados com o Município, fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 67 – É de competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável vistoriar os empreendimentos e emitir pareceres, com diretrizes, para emissão de alvará de funcionamento e para o licenciamento ambiental.

Capítulo XII
DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

Art. 68 – São instrumentos de gestão ambiental do Município de Brumadinho, dentre outros:

- I** – normas, padrões, critérios e parâmetros de qualidade ambiental;
- II** – licença ambiental de empreendimentos e atividades;
- III** – unidades de conservação, de proteção integral e de uso sustentável;
- IV** – educação ambiental;
- V** – taxas e registros de poluição;
- VI** – taxas de processo de cada licença;
- VII** – incentivo fiscal;
- VIII** – multas e penalizações;
- IX** – subsídios financeiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo único – As normas, os padrões, os critérios e os parâmetros de qualidade ambiental e para o lançamento de efluentes serão os adotados pelas legislações federal, estadual e municipal.

Art. 69 – Para os fins previstos nesta Lei, aplicam-se as seguintes definições:

- I – *normas*: princípios e regras que estabelecem padrões reguladores;
- II – *padrões*: modelo ou medida para a avaliação de quantidade e qualidade;
- III – *critérios*: fundamentos utilizados como base para comparação, julgamento ou apreciação;
- IV – *parâmetros*: elementos cuja variação de valor modifica a solução de um problema sem, contudo, alterar sua natureza.

Capítulo XIII
DO CONTROLE DAS FONTES POLUIDORAS

Seção I
DO LICENCIAMENTO

Art. 70 – A instalação, a construção, a ampliação e o funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como de empreendimentos capazes de causar qualquer forma de degradação ambiental ficam sujeitos à licença ambiental deliberada pelo CODEMA, mediante protocolo na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para análise técnica do processo de licenciamento ambiental, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

§ 1º – Os órgãos da administração municipal direta ou indireta somente aprovarão projeto de implantação ou ampliação de atividades efetiva ou potencialmente degradadoras do meio ambiente após o licenciamento a que se refere o “caput” deste artigo, sob pena de responsabilização administrativa e nulidade dos seus atos.

§ 2º – Todos os empreendimentos passíveis de licenças ambientais ficam sujeitos às compensações e/ou às condicionantes ambientais exigidas nos processos dessas licenças e que serão definidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, mediante necessidade técnica, e/ou sugeridas pela comunidade ou pelo CODEMA.

§ 3º – A pessoa física ou jurídica pública ou privada licenciada ou autorizada deverá manter a documentação expedida pelo órgão competente, no local da atividade ou do empreendimento.

Art. 71 – O CODEMA, no exercício de sua competência de controle ambiental, expedirá as seguintes licenças:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

I – Licença Prévia (LP): na fase preliminar do planejamento da atividade, para verificação da viabilidade ambiental do empreendimento, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo;

II – Licença de Instalação (LI): autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do projeto executivo aprovado;

III – Licença de Operação (LO): autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas licenças Prévia e de Instalação;

IV – Licença Precária (LPr): autorizando os testes dos equipamentos de controle ambiental instalados, a ser concedida uma única vez, por prazo máximo e nunca superior a 06 (seis) meses, e expedida antes da LO;

V – Licença de Operação Corretiva (LOC): convocando, para registro e para que se adequem às exigências desta Lei, os empreendimentos instalados antes de sua vigência.

Parágrafo único – O CODEMA somente deliberará sobre a concessão de licenças ambientais mediante a apresentação de estudos que considerem suficientes para o pleno conhecimento do empreendimento solicitante e de seus respectivos impactos ambientais, solicitando a complementação dos estudos sempre que julgar necessário.

Art. 72 – A Prefeitura Municipal somente expedirá Alvará de Construção, Habite-se, Alvará de Localização ou quaisquer outros alvarás relacionados com o funcionamento de fonte poluidora mediante parecer técnico favorável da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. *e codema*

Art. 73 – O Município poderá firmar convênio com o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), órgão institucional do meio ambiente no Estado de Minas Gerais, e/ou com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), mediante aprovação do CODEMA, estabelecendo as atividades que, em razão do porte e da tipologia, serão licenciadas pelo órgão municipal.

Seção II
DA AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL

Art. 74 – O processo de licenciamento de projetos de obras ou atividades utilizadoras de recursos ambientais ou potencialmente poluidoras, de iniciativa pública ou privada, depende de prévia elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), Plano de Controle Ambiental (PCA) ou outro documento similar e/ou termo de referência elaborado pelo CODEMA, a ser submetido à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 75 – O CODEMA definirá, mediante deliberação normativa, as instruções básicas para elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental e Planos de Controle Ambiental, os quais deverão contemplar as seguintes diretrizes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

I – avaliação das alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese da não execução do projeto;

II – diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, com descrição detalhada de sua situação antes da implantação do projeto, considerando os meios físico, biótico e socioeconômico e os ecossistemas naturais;

III – identificação e previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes gerados nas fases de implantação e operação do projeto;

IV – definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre as quais se incluem os sistemas de controle de poluição e a definição de áreas de preservação para compensação dos impactos;

V – elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos.

§ 1º – Ao determinar a execução do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Plano de Controle Ambiental (PCA), o CODEMA fixará as informações adicionais que, pelas peculiaridades do projeto e pelas características ambientais da área, forem julgadas necessárias.

§ 2º – Correrão por conta do proponente do projeto todas as despesas e todos os custos referentes à realização do Estudo de Impacto Ambiental, do Plano de Controle Ambiental e/ou de outros tipos de estudo.

§ 3º – Os custos correspondentes às etapas de vistoria e de análise dos pedidos de licenciamento serão pagos pelo requerente e creditados na conta do Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Seção III
DO PROCEDIMENTO CORRETIVO

Art. 76 – As fontes poluidoras em funcionamento ou em fase de implantação na data desta Lei serão convocadas, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, para registro na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), com vistas a procedimento corretivo e a seu enquadramento nas normas desta Lei e das legislações ambientais federal e estadual vigentes.

Art. 77 – As fontes poluidoras, convocadas na forma do artigo anterior, deverão apresentar, em prazo fixado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), o Formulário de Caracterização de Fonte Poluidora, devidamente preenchido, e demais informações técnicas consideradas necessárias à análise do processo de licenciamento ambiental, respeitada a matéria de sigilo industrial, de acordo com a legislação federal específica.